



RELATO DE EXPERIÊNCIA SOBRE AS PERSPECTIVAS DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA PARA SURDOS

Renaly Arruda de Sousa (1); Alessandro Dutra Bezerra (2); Betânia Maria Oliveira de Amorim (3)

Universidade Federal de Campina Grande, renalyasousa@gmail.com.

Resumo: Atualmente o tema da educação inclusiva tem sido bastante discutido pelos profissionais da educação e áreas afins. Diante de um contexto social excludente e de um modelo escolar que não preza pela inclusão e acessibilidade das pessoas surdas, torna-se extremamente necessário discutir essa temática e buscar soluções para o problema em questão. Este artigo tem por objetivo discutir os principais aspectos da educação bilíngue dos surdos, considerando a aquisição da Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) como ponto fundamental no processo de ensino e aprendizagem. Para tanto, realizou-se um relato de experiência com base em visita à Escola Estadual de Audiocomunicação Demóstenes Cunha Lima (EDAC) na cidade de Campina Grande - PB, tendo como enfoque a análise da referida instituição, sua metodologia de ensino e proposta pedagógica, relacionando com as ferramentas teóricas da Psicologia Educacional. O presente artigo também busca discutir aspectos históricos inerentes à cultura e a identidade dos surdos e suas implicações no processo de educação, as políticas públicas de inclusão dos surdos no contexto escolar, a aprendizagem e o desenvolvimento da linguagem dos surdos, além da importância da inserção e contribuição do psicólogo educacional diante do cenário da educação inclusiva.

Palavras-chave: Educação inclusiva, Psicologia Educacional, Inclusão escolar.

Introdução

O tema educação inclusiva vem sendo ultimamente muito discutido no contexto da educação. Vários elementos têm sido de grande importância para se debater essa temática como o caráter excludente da sociedade atual, políticas educacionais voltadas para as pessoas com necessidades especiais e situação da escolarização no Brasil. Embora seja alvo de muitos questionamentos, há um consenso quanto a necessidade de se trabalhar em prol da inclusão escolar (MARTÍNEZ, 2007, p.93).

As políticas nacionais de inclusão escolar estão baseadas na Lei de Diretrizes e Bases da Educação do Brasil (LDB, Lei 9394/1996) que define Educação Especial como a modalidade escolar para educandos "portadores de necessidades especiais", preferencialmente na rede regular de ensino. Neste sentido, a política de inclusão escolar tem como finalidade a promoção de educação para todos, a fim de promover uma sociedade democrática que possibilite um processo educativo de qualidade para todos, independentemente de condições socioeconômicas ou individuais.

Fazendo uma breve análise histórica, é possível perceber que nos primórdios se evidenciam teorias e práticas sociais de discriminação, promovendo infinitas situações de exclusão com os sujeitos portadores de algum tipo de deficiência. No decorrer da história, as concepções sobre



deficiência foram mudando conforme as transformações sociais e culturais, crenças, valores. Por volta do século XIX, há uma institucionalização das pessoas com deficiências, segregando estas em residências para “protegê-los” da sociedade e proporcionar educação fora das escolas. A partir do século XX, as lutas sociais promoveram a visibilidade dos indivíduos com deficiência e emergem movimentos sociais contra a discriminação. A Declaração de Salamanca caracteriza a inserção dos indivíduos que possuem necessidades especiais com uma política de justiça social, tendo a escola a função de receber a todos independentemente da condição social, física ou intelectual. No Brasil atualmente, com os avanços pedagógicos, tecnológicos e sociais tem contribuído para proporcionar a inclusão e garantias de direitos dos deficientes (VIEIRA, 2012, p.04).

No que concerne à educação inclusiva no contexto dos surdos, é visto que propostas desenvolvidas ao longo do último século não foram eficientes e encontra-se um grande número de pessoas surdas que após anos na escola apresentam uma série de limitações, não conseguindo domínio de leitura e escrita adequada. Historicamente, percebe-se que tanto o ensino especial de surdos quanto a sua inserção no ensino regular tem ocorrido de maneira pouco eficiente. Durante décadas o trabalho de educação inclusiva com os surdos foi pautado no oralismo, com a tentativa de se aplicar métodos para se desenvolver a fala oral, na perspectiva de levar o surdo a falar como algo mais importante, sem levar em consideração que o surdo é um sujeito visual, o que levava ao fracasso escolar (LACERDA, 2000, 71).

Segundo Lacerda (2000, p.72), Vygotsky apresentava algumas críticas quanto às práticas educacionais para surdos e o modo como a linguagem oral era ensinada. Essa questão foi alvo de vários estudos, visto que o problema reside no fato de se querer ensinar a fala para os surdos, sendo que nos ouvintes ela é adquirida. Diante da necessidade de se buscar soluções para essa situação, a linguagem de sinais para surdos foi estudada e aprimorada, reconhecendo esse tipo de linguagem como verdadeira língua, contendo requisitos da linguística encontrados na linguagem oral, além de ser considerada a forma mais acessível para os surdos, pois proporciona uma comunicação visual eficiente, possibilitando o desenvolvimento cognitivo, social, entre outros aspectos.

A partir dos estudos da linguagem aplicados à educação de surdos, a linguagem de sinais passou a ser incorporada ao processo educacional dos surdos. Assim, surge o ensino bilíngue, que preconiza a aprendizagem de sinais o mais cedo possível por ser uma língua passível de ser adquirida facilmente pela comunidade surda, bem como defende o ensino da linguagem oral ou escrita da comunidade ouvinte no qual está inserido por meio da linguagem de sinais, com o objetivo de permitir ao surdo o desenvolvimento cognitivo e linguístico equivalente ao dos



ouvintes. No Brasil, a educação bilíngue é encontrada em algumas escolas especializadas, contando com professores ouvintes que dominam a linguagem de sinais.

Levando em consideração esse contexto da educação inclusiva de surdos e a importância de haver profissionais comprometidos com a aprendizagem e desenvolvimento desse público, surgiu o interesse de se identificar como a psicologia educacional pode contribuir neste processo de inclusão. Segundo Martínez (2007, p.113), o desafio mais importante do psicólogo é assumir o compromisso social perante a inclusão escolar. É uma escolha que vai expressar seu compromisso de modo a contribuir efetivamente para esta inclusão.

Neste sentido, o presente trabalho tem por objetivo discutir os desafios e dificuldades da educação bilíngue dos surdos, considerando a língua brasileira de sinais (LIBRAS) como parte fundamental no processo de aprendizagem, além de refletir acerca da importância da inserção do psicólogo educacional perante o cenário da educação inclusiva. Destarte, foi realizado um relato de experiência na Escola Estadual de Audiocomunicação Demóstenes Cunha Lima (EDAC), no município de Campina Grande - PB, que trabalha com crianças e adolescentes surdas utilizando a língua brasileira de sinais (LIBRAS) em sua proposta pedagógica.

Metodologia

Trata-se de um relato de experiência com base na visita à Escola Estadual de Audiocomunicação Demóstenes Cunha Lima (EDAC) de Campina Grande - PB, tendo como foco a análise da metodologia de ensino e proposta pedagógica da referida instituição. Para tanto, realizou-se uma entrevista semi-estruturada com a direção da escola e com o professor de Educação Física, além de uma observação não-participativa dos alunos e do espaço físico de maneira geral, relacionando assim com concepções intrínsecas ao desenvolvimento e aprendizagem dos surdos, e à educação inclusiva, utilizando-se como referência algumas ferramentas teóricas da psicologia educacional, buscando assim propor reflexões acerca da inserção e atuação do psicólogo educacional no âmbito da educação inclusiva.

A aprendizagem e o desenvolvimento da linguagem dos surdos

De acordo com Vygotsky (1998), o desenvolvimento cognitivo e a socialização da criança estão relacionados diretamente à aquisição da linguagem. Na perspectiva histórico-cultural da educação, postulada pelo referido autor, a criança vai dominando os instrumentos mentais produzidos pelo homem no decorrer da história, de maneira gradativa, a partir da convivência em



sociedade e das interações com os adultos que a cercam. Portanto, a língua de sinais é fundamental para o desenvolvimento cognitivo e a aprendizagem do sujeito surdo.

O surdo possui as condições necessárias para o desenvolvimento e aquisição da linguagem, pois há que se observar que a surdez não torna o indivíduo incapaz de aprender ou com possibilidades limitadas, mas com possibilidades diferentes. A análise do desenvolvimento da linguagem de modo geral e das possibilidades no quadro da surdez, exige que se considere as diferenças culturais e linguísticas do indivíduo surdo. Desse modo, não se deve subestimar a capacidade cognitiva e linguística do mesmo. No tocante à surdez, os estudos mostram argumentos em defesa de uma visão prospectiva dos processos humanos, atribuindo papel essencial às relações sociais no surgimento e na consolidação de capacidades potenciais das crianças com deficiência auditiva. De acordo com Goldfeld:

A história dos surdos comprova as ideias de Vygotsky e Bakhtin quanto à importância da linguagem no desenvolvimento do pensamento e da consciência, mostrando também que a sua aquisição pela criança deve ocorrer através de diálogos, conversações, já que, sem uma língua de fácil acesso, os surdos não conseguiriam participar ativamente da sociedade (1997, p.159).

Goldfeld (1997) afirma que no decorrer da história a ideia sobre os surdos, feita pela sociedade no geral, mostrava apenas aspectos negativos, sendo que na antiguidade eles eram tratados com piedade e compaixão. Como pessoas castigadas, deveriam ser sacrificadas ou abandonadas. Esclarece que até o século XV persistia a ideia de que o surdo era um ser primitivo e não poderia ser educado. Os surdos, como outros povos dominados, foram proibidos de usar suas línguas, e a eles foi oferecida uma outra, importante para seu convívio com a sociedade, mas difícil de ser aprendida e praticamente impossível de ser adquirida de forma espontânea. Através da história ficou evidenciado que essa proibição trouxe para os surdos dificuldades no processo de escolarização e na socialização.

Ao tomar como base o modelo da Medicina, a Psicologia absorveu o discurso clínico e patologizante que classifica o surdo como “enfermo” e o inclui no rol das deficiências, descrevendo-o como “incapaz”, “defeituoso”, “anormal”, “inferior”, o que culminou na designação de “deficiente auditivo”. Além dessa classificação, o discurso clínico também descreveu o surdo como “surdo-mudo” ou “mudo”, desconsiderando que o surdo não apresenta nenhum problema no órgão da fala (só não fala porque não escuta) e que não é mudo já que fala em língua de sinais.

Desse modo, nota-se que tanto a Medicina quanto a Psicologia negligenciaram as questões da constituição psíquica do sujeito surdo, ou seja, não levando em consideração a importância de o





sujeito ter acesso a uma língua que o permita estabelecer contato com a cultura em que está inserido e, portanto, ter recursos para interagir com o mundo simbólico pela aprendizagem da linguagem, possibilitando o processo de humanização através do convívio humano.

Acerca da identidade e cultura dos surdos, Dalcin (2009) afirma que as identidades são construídas no contexto social e são sempre mediadas pela linguagem. Assim, a identidade se constrói a partir de um conjunto de experiências e valores, expressos em uma língua comum a todos os membros do grupo, sendo então uma construção coletiva. Os surdos que desde cedo se integram na comunidade surda consideram-se pessoas essencialmente visuais, com uma linguagem visual, uma organização social, uma história e com valores culturais que lhe são próprios, assegurando uma teoria sobre o mundo e a formação de uma identidade pessoal.

O movimento surdo tem como consequência a construção da identidade que se transforma em ação política, uma vez que, os objetivos são de busca dos direitos enquanto cidadão. A luta empreendida é para assegurar os direitos civis, direito a uma educação que leve em conta a cultura e a comunidade surda, o direito ao trabalho, reconhecimento social e oficial da língua de sinais como a língua natural dos surdos (DALCIN, 2009, p. 17).

Os educadores, no decorrer da história da educação dos surdos, criaram diferentes metodologias de ensino para esse público. Alguns se baseavam apenas na língua oral, isto é, a língua auditiva-oral utilizada no país. Outros pesquisaram a língua de sinais, uma língua espaço-visual criada pelas comunidades surdas através das gerações. E, outros ainda, criaram códigos visuais para facilitar a comunicação com os alunos, mas que não se configuravam como uma língua. Goldfeld (1997, p.160) refere-se ao bilinguismo como:

[...] a melhor opção educacional para a criança surda, pois a expõe a uma língua de fácil acesso, a língua de sinais, que pode evitar o atraso da linguagem e possibilitar um pleno desenvolvimento cognitivo, além de expor a criança à linguagem oral, que é essencial para seu convívio com a comunidade ouvinte e a sua própria família.

Nesse sentido, a educação, quando baseada no bilinguismo, parte da conversação, como nas crianças ouvintes, possibilitando, desse modo, a internalização da linguagem e o desenvolvimento das funções superiores. O bilinguismo, se utilizado de modo correto, ou seja, permitindo o acesso da criança surda à comunidade que utilize a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), de modo que ela possa adquiri-la através de diálogos e, ao mesmo tempo, se forem estimulados os resíduos auditivos e a língua oral, pode-se proporcionar às crianças surdas condições semelhantes às crianças ouvintes, na aprendizagem e no desenvolvimento.

Resultados e discussão

A educação inclusiva no contexto da Escola Estadual de Audiocomunicação Demóstenes Cunha Lima (EDAC)

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, tendo como base os princípios da democratização da educação, que é garantida como direito de todos e dever do estado, tem oferecido o suporte para a efetivação da reforma estrutural e cultural do sistema de ensino para torná-lo inclusivo, de forma a assegurar o atendimento às mais diversas demandas educacionais em nosso país. Assim, propõe a abertura do sistema regular de ensino a todos os alunos, independente de sua diferença, incitando a viabilização de condições adequadas para processos educacionais igualitários nos diferentes níveis de ensino, demarcando perspectivas educacionais que visam transpor a exclusão de sujeitos em condições especiais do ambiente escolar e dos espaços públicos em geral.

É nesse contexto que se insere a educação para surdos. A instituição visitada, no entanto, não se configura como regular, tendo em vista receber apenas alunos surdos ou em processo de perda da audição, o que nos leva a questionar de que maneira enquadrá-la diante do panorama da Política Nacional, visto contrapor, inclusive, a concepção de transversalidade da educação especial prevista neste plano. Nesse sentido, esta instituição estaria mais de acordo com o previsto pelo Decreto nº 5.626/05, que sobreleva o caráter específico da educação de surdos, distanciando-se da educação especial. Este decreto foi resultado da luta política das comunidades surdas e pesquisadores da área, considerando as diferenças linguísticas e socioculturais desse grupo específico.

Nesse sentido, a Escola Estadual de Audiocomunicação Demóstenes Cunha Lima (EDAC) diferencia-se das instituições regulares que atendem à política nacional, pois tem a LIBRAS como base para todas as suas atividades pedagógicas, colocando o português convencional como língua secundária, colateral no ensino. Assim, observou-se que a instituição compreende a educação bilíngue para surdos como uma questão de caráter social que envolve libras e língua portuguesa em relação umbilical com aspectos culturais de cada língua, não limitando a inclusão à escola e sala de aula, mas ao contexto social mais amplo, pelo desenvolvimento máximo das capacidades de cada indivíduo integrante da instituição a partir do reconhecimento de suas especificidades culturais e linguísticas, e do fortalecimento de sua identidade.

Em nossa visita, tivemos a oportunidade de conversar com a direção da instituição que nos apresentou um pouco do contexto escolar, evidenciando os desafios e as dificuldades enfrentadas no cotidiano da instituição. Um dos fatores abordados em sua fala diz respeito às dificuldades encontradas pelos estudantes quando da tentativa de inclusão em instituições regulares. Em



primeiro lugar, há o choque sociocultural, que dificulta a inserção dos sujeitos surdos nos círculos sociais de ouvintes, o que precipita contextos de isolamento. Além desta, outra dificuldade enfrentada pelos alunos surdos nas escolas regulares refere-se à língua, tendo em vista que na maioria dos locais os processos pedagógicos têm como base o português, o que dificulta a aprendizagem de surdos, visto dependerem de intérpretes ou tradutores para apreensão dos conteúdos, o que resulta em prejuízos.

Assim notamos, no discurso da direção, posições favoráveis à inclusão de alunos surdos nas instituições regulares, tal como propõe a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, porém mantendo ressalvas e críticas diante do panorama atual. Segundo a direção da referida instituição, é necessário que haja uma profunda melhoria estrutural nas escolas para que estas possam receber os alunos de forma séria e preparada, desde o combate à atitudes discriminatórias até a capacidade de promover a integração social de cada indivíduo, passando por questões pedagógicas, estratégicas e técnicas, além de estruturais. Nesse sentido, aponta que há a necessidade de se estabelecer, no ensino regular, o preparo da própria equipe pedagógica, que no âmbito da educação inclusiva deve estar em formação permanente e trabalhar da maneira mais dinâmica, com enfoque multidisciplinar.

Diante desse contexto, vale salientar que a metodologia de ensino da instituição analisada muitas vezes parte da prática para teoria, onde os alunos participam ativamente da construção do conhecimento a partir das estratégias elaboradas pelos professores, os quais utilizam artifícios visuais como ferramenta chave para o aprendizado (desenhos no quadro, jogos, maquetes, vídeos, slides, filmes específicos etc.), além de propor eventos culturais de poesia e teatro com os pais e os alunos surdos.

O projeto pedagógico da instituição é construído de forma inovadora, prezando pela transdisciplinaridade no ensino. O programa pedagógico é dividido em eixos temáticos, que são trabalhados em conjunto por professores das diversas áreas, tendo como característica o dinamismo e a utilização de recursos multimídia para a potencialização do aprendizado. A gestão da escola apresenta forte empenho pela integração com a comunidade, oferecendo, por exemplo, o curso de LIBRAS para pais e interessados, acreditando que a integração de sujeitos surdos, seja no âmbito familiar ou comunitário, deve ter como facilitador a apreensão da linguagem, o que afeta muito os relacionamentos. Professores e diretora demarcam como uma das dificuldades mais presentes, a necessidade de se intervir no âmbito familiar pelas dificuldades relacionais decorrentes da ausência de compreensão entre as partes. Segundo eles, a integração entre instituição e família, mediada pelo





curso de LIBRAS oferecido aos pais e interessados, tem diminuído os conflitos e dificuldades nesse sentido, provocando efeitos positivos na aprendizagem do alunado.

O papel da Psicologia Educacional no cenário da Educação Inclusiva

A relação entre psicologia e educação, principalmente no que se refere à educação especial ou inclusiva, é revestida não apenas de aspectos metodológicos e teóricos, mas assume também um papel crítico, com questões ético-políticas, que buscam através da interdisciplinaridade, desmistificar os antigos conceitos de normalidade e anormalidade, propondo formas de construção do saber que proporcione às crianças portadoras de deficiência, que propicie interação com seus pares e construa assim um espaço de democratização da educação. Segundo Almeida (2001, apud DAZZANI, 2010),

As práticas psicológicas que orientam a atuação profissional devem ser ressignificadas e apoiadas não em uma teoria, mas em uma epistemologia que enfatize os fatores objetivos e subjetivos do processo ensinar-aprender, as condições do contexto sociocultural, a importância das relações inter e intrasubjetivas professor-aluno, o aprendiz como sujeito do conhecimento e o papel social da escola na formação do cidadão. A ressignificação da atuação profissional passa, portanto, pela apropriação de referenciais teóricos que levem em consideração os processos interativos, conscientes e inconscientes, constitutivos dos sujeitos em processo de ensino, de desenvolvimento e de aprendizagem, em uma perspectiva psicodinâmica e socio-histórica, cujo foco não é o indivíduo, mas os sujeitos em relação.

No âmbito das novas propostas de inclusão, a Declaração de Salamanca (Brasil, 1994) ressalta que a provisão de serviços de apoio é extremamente importante para o sucesso de políticas educacionais inclusivas. Nesse contexto, o psicólogo escolar e outros profissionais de várias agências e instituições participariam de um grupo multidisciplinar e externo de apoio, que estaria à disposição das crianças com necessidades educacionais especiais.

A complexidade e a diversidade de relações entre fatores biológicos e psicológicos envolvidos no atendimento às crianças com deficiência explicam a importância da Psicologia e da atuação do psicólogo de estar presente nesse processo. Cabe destacar a falta de preparo de muitos educadores para lidar com crianças com necessidades especiais, o que muitas vezes pode gerar medo, sensação de incapacidade e impotência, bem como reforçar mecanismos de discriminação e segregação (TESSARO, 2005, apud SANT'ANA, 2005). Diante deste fato, a Psicologia Educacional pode contribuir com os agentes envolvidos no processo de educação especial e inclusiva, fornecendo um suporte aos educadores, trazendo a possibilidade de uma visão crítica e de ações coletivas, que visam o aprimoramento da dinâmica educacional.



Observando o panorama histórico, vemos o estigma de anormalidade e baixa cognição aos quais os surdos foram submetidos, porém a inteligência da criança surda não pode ser explicada pelos mecanismos da língua oral, o pensamento se desenvolve sem que necessariamente haja um mesmo signo linguístico envolvendo a todos. O uso da língua verbal é importante para a aceleração do desenvolvimento cognitivo e a criança surda, apesar da dificuldade de apreensão a construir certos tipos de conceitos não está excluída deste processo de desenvolvimento cognitivo. É interessante perceber o olhar com o qual Vygotsky nos propõe examinar as possíveis limitações dessas crianças, que não deve ser de complacência ou subestimação, mas, sim, o de uma visão dialética do real, que leve à constatação de que, se existem problemas, existem também possibilidades e os problemas podem ser uma fonte de crescimento.

Para Vygotsky (1998), a deficiência não constitui, em si, um impedimento para o desenvolvimento do indivíduo, os maiores impedimentos seriam as mediações estabelecidas, as formas de lidarmos com o problema, negando possibilidades de trocas e relações significativas que possibilitam o crescimento do indivíduo. Para o autor, “o processo de encontro do pensamento e da linguagem é fundamental” e cabe aos profissionais do contexto escolar, inclusive o psicólogo, elaborar formas de que este encontro possa ocorrer, não apenas como forma emotiva de comunicação, mas também intelectual. Quando tratamos dos surdos, a comunicação em LIBRAS pode assumir um caráter psicológico, uma vez que por meio desta linguagem pode ocorrer a aquisição de conhecimentos, não só cotidianos, mas também o âmbito escolar.

Capovilla (2010), psicólogo do Laboratório de Neuropsicolinguística Cognitiva Experimental do Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo defende que a escola de surdos bilíngue em síntese fornece uma base essencial de aprendizado como no entendimento e aquisição da linguagem para posteriormente interagir em sala de aula no exercer dos conteúdos escolares:

Crianças surdas não são definidas por sua deficiência auditiva apenas, mas sim, principalmente, por sua língua materna própria (a Libras) e por sua cultura própria. O respeito a essa diversidade é essencial para a cidadania e a educação de qualidade adequada às suas necessidades especiais, direito da criança reconhecido pela UNESCO. (CAPOVILLA apud SCHWARTZMAN, 2010).

A partir do momento em que o psicólogo se coloca no âmbito escolar puramente para atender possíveis demandas clínicas não se faz enxergar o quanto são postos os mais diversos dilemas sob o indivíduo, principalmente para aqueles que não possuem a aquisição da linguagem e necessitam se desenvolver psiquicamente como sujeitos, de acordo com a mediação de uma equipe



multidisciplinar; vê-se, portanto, que na escola visitada não há a presença de psicólogos, ou seja, toda a demanda cai sobre os professores bilíngues que convivem diariamente com tais alunos e se envolvem num verdadeiro dilema entre as incompreensões e más interpretações da família que não se insere no processo de aprendizagem, sobrecarregando os professores e transferindo toda a responsabilidade de educar para a escola.

Conclusão

Através desse relato de experiência foi possível perceber a maneira como os profissionais da Escola Estadual de Audiocomunicação Demóstenes Cunha Lima (EDAC) se colocam numa posição ativa e transformadora, trazendo múltiplas possibilidades de intervenção quando afirmam “quanto mais participação da família na escola melhor”, “a escola que muitas vezes passa os valores, impõe disciplina”, “o aluno precisa aprender a língua de sinais”, “é não existir no mundo, é como se uma criança estivesse na Inglaterra estudando português, então não adianta colocar um intérprete em sala de aula, se o sujeito não possuir a aquisição da linguagem”. Desse modo, os professores e a diretora da escola afirmam que depois de inseridos no meio escolar e na comunidade surda, os alunos se tornaram menos violentos e apresentaram avanços nas relações sociais.

No que diz respeito à inclusão dos alunos surdos nas escolas comuns, a direção da escola nos informou que a educação bilíngue (Língua Portuguesa/LIBRAS), desenvolve o ensino escolar na Língua Portuguesa e na Língua Brasileira de Sinais, o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua na modalidade escrita para alunos surdos, os serviços de tradutor/intérprete de LIBRAS e Língua Portuguesa e o ensino da língua de sinais para os demais alunos da escola. O atendimento educacional especializado é ofertado, tanto na modalidade oral e escrita, quanto na língua de sinais. Devido à diferença linguística, na medida do possível, o aluno surdo deve estar com outros pares surdos em turmas comuns na escola regular.

Por fim, diante de todas as questões e dificuldades abordadas neste trabalho acerca da educação inclusiva para surdos, fica explícito que é fundamental para o psicólogo educacional e os profissionais da educação de forma geral aprender a língua brasileira de sinais (LIBRAS) a fim de que possam atuar de maneira efetiva e direcionada às necessidades dos alunos surdos, por meio de estratégias de intervenção que promovam a inclusão desses sujeitos no ambiente escolar e que valorizem a cultura e a identidade da comunidade surda.

Referências bibliográficas

BRASIL. *Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais*. Brasília: UNESCO, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Política Nacional de Educação Especial*. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. *Decreto Nº 5.626*, de 22 de dezembro de 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. *Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional*. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

DALCIN, G. *Psicologia da Educação de Surdos*. Florianópolis: UFSC, 2009.

DAZZANI, M.V.M. *School psychology and inclusive education: a critical reading*. *Psicol. ciência e profissão*. Brasília, v.30, nº 2, p. 362-375, jun. 2010.

GOLDFELD, M. *A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sócio-interacionista*. São Paulo: Plexus, 1997.

LACERDA, C.B.F. *A prática pedagógica mediada (também) pela língua de sinais: Trabalhando com sujeitos surdos*. *Cadernos Cedes*, ano XX, nº 50, Abril/2000.

MARTÍNEZ, A. M. *Inclusão Escolar e o desafio para os psicólogos*. In: *Psicologia escolar e compromisso social: novos discursos*. 2ª edição. Campinas, São Paulo: Editora Alínea 2007 pp. 93-114.

NODI, A.C.B. *Educação bilíngue para surdos e inclusão segundo a Política Nacional de Educação Especial e o Decreto nº 5.626/05*. *Educ. Pesqui.*, São Paulo, v. 1, n. 39, p.49-63, mar. 2013.

SANT'ANA, I. M. *Educação inclusiva: concepções de professores e diretores*. *Psicologia em Estudo*, p. 227-234, 2005.

SCHWARTZMAN, S. [CAPOVILLA, F. A Educação dos Surdos](http://www.schwartzman.org.br/sitesimon/?p=1766&lang=pt-br). Disponível em <<http://www.schwartzman.org.br/sitesimon/?p=1766&lang=pt-br>>, acessado em 25/09/16.

VIEIRA, G. M. *Educação Inclusiva no Brasil: Do Contexto Histórico à Contemporaneidade*. Portal do Ministério Público do Estado da Bahia. Salvador: CEDUC, 2012.



II CINTEDI
II CONGRESSO INTERNACIONAL DE
EDUCAÇÃO INCLUSIVA
II Jornada Chilena Brasileira de Educação Inclusiva

16 a 18
NOVEMBRO
2016
LOCAL DO EVENTO
CENTRO DE CONVENÇÕES
RAYMUNDO ASFORA
GARDEN HOTEL
CAMPINA GRANDE-PB

VYGOTSKY, L. S. *A formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores*. São Paulo: Martins Fontes, 1998.

